



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2023

Nº 213

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3735
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO.....	3738

TAQUIGRAFIA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 22.11.2023
INÍCIO: 16h01min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS
SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam

Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, ao dia 22 de Novembro de 2023, no auditório da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Senhor Deputado Delegado Lucas que proceda a leitura da Ata da Reunião anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS – Procede à leitura da Ata da Reunião Extraordinária anterior.
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de pedir a gentileza do nobre Deputado Delegado Lucas que faça a leitura do Expediente recebido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Ofício nº 4316/2023/CASA CIVIL-DITELIR. A sua Excelência, o Senhor Cirone Deiró. 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado. Assunto: Resposta ao Requerimento Parlamentar nº 347/2023.
- Ofício nº 4281/2023/CASA CIVIL-DITELIR. De: Gabinete da 1ª Secretaria. Para: Departamento Legislativo. Assunto: Resposta de Requerimento Parlamentar 346/2023.
- Ofício 4298/2023/CASA CIVIL. De: Gabinete da 1ª Secretaria. Para: Departamento Legislativo. Assunto: Resposta de Requerimento Parlamentar 345/2023.
- Ofício nº 5414/2023/CASA CIVIL-DITELIR. A sua Excelência, o Senhor Alex Redano. Comissão Parlamentar De Inquérito – CPI. Assunto: Resposta de Indicação Parlamentar Ofício 001/CPI/ALE-RO.
Sem mais, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Dando continuidade, nós temos o Doutor Doca, que vai apresentar os Requerimentos. Antes, porém, passar algumas informações acerca da CPI, alguns objetivos: nós estamos focados e concentrados em provar algumas questões que não foram obedecidas na criação dessas

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



reservas.

Toda lei, tudo o que é feito pelo Poder Público, tem que obedecer ao devido processo legal. No caso das reservas, existem alguns condicionantes: ouvir a população com audiências públicas, estudos técnicos, em alguns casos indenizar as pessoas que têm escritura pública, indenizar essas famílias que já têm benfeitorias. E, para que todos entendam, quando eu falo que essas criações das reservas foram feitas da noite para o dia, é literalmente da noite para o dia.

O então, na época, Governador Confúcio Moura, nós escutamos burburinhos que iriam criar essas reservas por Decreto. Eu, como deputado, na época, fiz um... Nós fizemos uma mudança na Constituição, a qual só permite a criação de decretos por lei. Ou seja, não poderiam ser mais criados decretos. Teria que vir para a Assembleia para aprovar ou não essas criações de reservas. E em uma terça-feira eu apresentei essa mudança na Constituição do Estado e foi aprovada, proibindo a criação da reserva. Mas, de terça para quarta-feira, antes de promulgar a nossa Lei, amanhecera decretadas as 11 reservas.

Então, não houve tempo hábil para fazer esses estudos, para fazer essas audiências públicas, para fazer o devido processo legal. E a CPI tem a intenção de comprovar esses fatos. Então, quero agradecer aos deputados, que estão muito dedicados, Deputado Pedro Fernandes, o Deputado Lucas. Hoje nós tivemos uma longa reunião sobre a CPI. E, de antemão, pedimos a paciência de todos, que não é algo tão simples.

Nós vamos agora fazer o início das oitivas das pessoas dessas áreas, são onze áreas.

Obrigado, Deputado Cirone, que vem fazendo um excelente trabalho, dedicado também a essa CPI.

Então, nós vamos ter que ouvir a população, principalmente a população envolvida na criação. Então, serão muitas e muitas horas de trabalho, mas... E não podemos errar, que nós não podemos não seguir o devido processo legal. Porque se tivermos erros na CPI, a própria CPI é passível de anulação.

Então, nós estamos aqui para comprovar que não seguiram os critérios, não tiveram o devido processo legal na criação das reservas. E, nós devemos, sim, seguir passo a passo para não cometermos nenhum erro para termos força jurídica nessa CPI.

Mais uma vez, obrigado, Deputado Cirone, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Lucas. Não é fácil. Nós sabemos que serão muitas e muitas horas de estudo, de dedicação, mas estamos muito esperançosos de que dê tudo certo.

São milhares de pessoas atingidas, pessoas que têm sua propriedade com título definitivo, pessoas que estão há 10, 20, 30 anos nesses locais, e não é justo que essas pessoas, da noite para o dia, fiquem sem seu pedaço de terra.

Vou passar, nesse momento, ao Doutor Doca, para apresentar aqui alguns Requerimentos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Boa tarde a todos os presentes, nobres deputados.

Eu uso aqui a questão da tribuna para me ater exclusivamente às questões de ordem técnica. E lembrando que nós temos um Plano de Trabalho, que foi aprovado, que é assessoria técnica em casos de requisição dos nobres deputados, se manifestaria a respeito das questões de ordem técnica. Os Requerimentos não sou eu quem faço, evidentemente que tecnicamente se sugere, e os deputados... esse é um mister indelegável dos senhores.

A Comissão chegou a um estágio agora, que é o seguinte: nós requeremos todos os documentos, alguns ainda estão faltando chegar, mas nós temos os processos das 11 unidades de conservação em mão.

Por que nós requeremos esse processo? Eu vou reiterar aqui uma coisa que eu já havia dito antes, aqui na Comissão. Nós temos esses 11 processos dessas unidades de conservação? Temos. Onde estão eles? Eles estão em dois processos judiciais, em duas ações de inconstitucionalidade de 11 Decretos Legislativos, lá em 2019, e eles estão também na Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 999, de 2018.

Então, os Decretos, os documentos que instrumentalizaram as decisões do Tribunal, tornando as normas inconstitucionais, eles estão lá. Em tese, para que fosse criada essa unidade de conservação lá em 2018, esses processos não poderiam sofrer qualquer alteração, porque eram processos findos lá em 2018. Nós estamos em 2023. Mas, por segurança jurídica, nós requeremos agora do órgão ambiental, da SEDAM (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), os processos originários que em tese já estão aparelhando os processos judiciais.

Então, dado isso, fizemos um levantamento ainda não total, mas prévio, e chegamos à compreensão de que temos que ouvir tanto as pessoas envolvidas na construção do processo administrativo, bem como aqueles que são os ocupantes, proprietários dessas áreas envolvidas.

Então, nós tivemos uma reunião prévia ali da assessoria técnica, mais deputados, e chegamos à conclusão que se ouviriam primeiro os ocupantes, as pessoas da localidade, para que posteriormente, ouvindo-se aquele técnico que atuou na elaboração desse projeto ou dessas entrevistas, havendo alguma divergência, possa ser feita inclusive uma acareação, se for o caso. Porque o que se pretende aqui é apurar a verdade do ocorrido. E nós observamos que o nosso período legislativo de atividade da Casa, ficou entabulado que as reuniões da CPI ocorreriam agora às quartas-feiras, toda quarta-feira, no período da tarde, se não houver um impedimento dos deputados, que não têm somente essa agenda, evidentemente.

Então, partindo desse princípio, nós temos as datas de 29/11, que próxima quarta-feira, nós temos o dia 6/12 e dia 13/12. Ou seja, nós temos mais três datas de quarta-feira para começar a ouvir essas pessoas.

Ficou estabelecido que a gente vai ter que utilizar um instrumento de convocação para que essas oitivas sejam feitas aqui na Casa. A depender do volume, da

quantidade de pessoas, muito provavelmente no plenário da Assembleia que é mais amplo e as pessoas têm uma situação mais cômoda de depor. E os senhores estariam para a gente decidir, porque não vai ser necessário ouvir as 11 unidades de conservação, porque algumas eu acho que não há necessidade. Mas, como é para seguir o rito, nós vamos ouvir todas, não é, deputado?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Nós vamos ouvir todas. **(fora do microfone)**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nós temos um problema aqui — de todas essas questões que estão aqui sub judice, sob análise da Comissão —, diferenciado, que é o pessoal do Rio Pardo. Rio Pardo faz parte também desses 11 processos, mas o Decreto que trata de Rio Pardo não cria as 11 reservas, ele não cria reserva. Ele apenas delimita as áreas que são destinadas à APA (Área de Proteção Ambiental) e destinada a FERS (Floresta Estadual de Rendimento Sustentado).

E nós sabemos que essa é situação um tanto mais complexa deputados, porque Rio Pardo decorre de uma lei federal que desafetou da Flona (Floresta Nacional) do Bom Futuro uma área para ser destinada a uma APA e uma FERS. Então, nós temos uma legislação federal, uma norma federal envolvida. Além disso, existe uma ação de reintegração, uma ação civil promovida pelo Ministério Público, já com trânsito em julgado, em fase de cumprimento de sentença.

E, um dia desses, nós tivemos uma reunião com o corpo técnico da Sedam que está construindo o regime jurídico dessas unidades e tem uma questão do imbróglio. É uma questão um tanto mais complexa, mas que não deixa de ter que ser tratada aqui na CPI porque também faz parte das 11 unidades de conservações, porque ali para se definir o que é FERS e o que é APA...

De toda sorte, deputados, eu acho que também é necessário ouvir essa população para seguir o rito e não excluir ninguém das oitivas. Ainda que esse tema, essa problemática de Rio Pardo já esteja sendo tratada em âmbito administrativo em uma comissão junto à Sedam, Ministério Público para estabelecer o que pode, o que não pode, delimitação de propriedade, etc., já corre em paralelo. Mas, eu deixo à análise dos senhores essa questão de ouvir também o pessoal de Rio Pardo, porque também está nos 11 decretos e a gente não sabe a sistemática que foi utilizada para definir quem vai ficar na floresta estadual e quem vai ficar na Área de Proteção Ambiental.

Seriam essas as considerações. E os senhores deputados estabelecem uma data, nós temos essas três datas. A primeira para ouvir, eu acho que por reunião, as pessoas dessas unidades. Em um encaminhamento, a gente faz uma propositura de um documento bem explicado que se trata de um processo. Evidentemente que sempre vai haver o desabafo político da injustiça, do inconformismo e ainda que seja um processo, seja um inquérito parlamentar, nós não podemos deixar de considerar que os eventos emocionais ocorram, mas

o que se busca é extrair a verdade do ocorrido ali no conflito do que está no processo administrativo e o que de fato ocorreu lá no campo onde estão as pessoas.

Seriam essas as minhas considerações, deputados, e tecnicamente eu fico à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – São 11 reservas mais Rio Pardo. Eu estava pensando e, de repente em uma mesma data marcar duas, três reservas. Por exemplo, umas que são maiores, por exemplo Soldado da Borracha. De repente, seria uma só da Soldado.

O SR. DELEGADO LUCAS – Um aparte, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Claro, à vontade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mais determinante do que a quantidade de reservas, a quantidade de pessoas. Então, se uma reserva tiver cinco pessoas para ouvir e a outra tiver dez, não dá para fazer duas no mesmo dia. Agora, se cada uma tiver duas pessoas, dá para fazer duas no mesmo dia.

Então, vai depender da amostra que vai ser retirada de cada reserva e a depender do número de pessoas dessas reservas que foram ouvidas no processo, nos autos. Acho que a gente tem de delimitar uma quantidade de pessoas por área, primeiro, para saber quantas áreas por possessão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – E além das pessoas que serão requeridas nas oitivas, a população presente. Por exemplo: eu tenho certeza, na oitiva do Rio Pardo, ou, por exemplo, a do Soldado da Borracha, vai usar o grande plenário. A de Ilha das Flores já pode ser feita aqui.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Questão de Ordem, Deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pois não, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A gente tem que delimitar as oitivas às pessoas que foram entrevistadas pelo processo e que estão dentro desse processo. Nós não podemos ouvi-las aleatoriamente. As pessoas têm que ser do processo, para dar informação para nós.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim. Preferencialmente essas do processo, porque foram as pessoas entrevistadas. Evidentemente que há interesse no assunto, porque as pessoas que estão lá, ainda que seja por direito possessório, pode existir uma cadeia de transmissão. No direito possessório está

previsto no nosso Código de Processo Civil, mas de preferência, originariamente, aqueles que se encontram no processo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O pouco que eu folheei o processo, eu vi lá que tem o nome, o endereço das pessoas. A gente tem de tentar buscar essas pessoas que foram entrevistadas à época, para a gente fazer esse encontro de informação, não é, Doca?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para contribuir, Deputado, apenas um aviso: o público todo estará aqui presente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não, tudo bem. Mas, eu falo assim, as pessoas que vão ser convocadas, têm que ser através dessas documentações.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A gente os elenca com endereço, tudo; e, não precisamos, necessariamente, ouvir todos. Não precisamos necessariamente ouvir a todos, mas uma amostragem.

O SR. DELEGADO LUCAS – Se eu fazer uma sugestão aqui. Como se trata de 11 reservas, acredito que pelo princípio da razoabilidade, poderíamos estabelecer uma amostra de duas pessoas por área, — o que totalizaria 22 pessoas — sem prejuízo de que, ao final, uma área ou outra que a gente entender necessário, nós fazemos uma segunda convocação. Até porque, talvez, alguma pessoa de alguma área indique algum outro morador e que venha a colaborar.

Então, veja bem: duas pessoas por área, poderíamos fazer duas áreas por sessão. Cada oitiva em média uma hora seriam quatro horas de oitivas, já, por sessão. E, aí, quatro sessões seriam de cinco a seis sessões/reuniões para que nós... Pela minha experiência com oitivas, eu acredito que uma hora sendo reservada para cada oitiva é um tempo razoável.

As pessoas vão querer, claro que a gente vai se ater ao processo, as perguntas vão ser bem técnicas, mas a pessoa faz toda uma introdução da sua área, da situação que vive lá, isso mexe muito com o emocional de todo mundo do Estado de Rondônia - e, inevitavelmente, a pessoa está numa área que tinha ali toda uma perspectiva -, suas lamentações, angústias, e, agora está ali, na iminência de ser turbada a sua posse, pelo Estado.

Mas, isso não precisa ser engessado. Se na primeira sessão nós percebermos que uma hora foi tempo de sobra, na segunda reunião a gente já diminui para meia hora cada um, já traz mais pessoas e vamos construindo. Mas, para a gente definir alguma coisa aqui, esta é a minha sugestão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A gente fez uma conta rápida, e, se colocarmos duas pessoas por horário, serão 22; colocando 30 minutos por pessoa, já

dará 11 horas. Mas, eu acho pouco ainda, duas pessoas...

O SR. DELEGADO LUCAS - Qual a sugestão, então?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu acho que mesmo que... Mesmo que...

O SR. DELEGADO LUCAS - Eu acho que nós vamos poder, por exemplo, se 20 pessoas forem ouvidas na FES (Floresta Estadual) de Rio Pardo, a gente não tem que chamar os 20 aqui, para chegar no dia só ouvir quatro. Aí, 16 vieram à toa?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É, eu acho que tem que ser só quatro, assim: quatro pessoas, mesmo que nós façamos com mais calma, mesmo que demore aí mais tempo para fazer todo o levantamento, eu penso em ouvirmos quatro pessoas. Eu sei que é...

O SR. DELEGADO LUCAS – Não, por mim, podem ser dez pessoas, podem ser vinte. Não tem problema. Estou tentando ser...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pragmático?

O SR. DELEGADO LUCAS – É... Porque, os depoimentos, via de regra...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Se alguém tem experiência aqui em oitiva é o Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário) – É um prazer poder colaborar. Os depoimentos, via de regra, nós perceberemos, talvez, eles tendem a se repetir um pouco.

Então, vamos ouvir pessoas que vão falar mais ou menos coisas semelhantes. Mas, é uma amostra melhor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Três pessoas? Três?

O SR. DELEGADO LUCAS - Não, quatro. Quatro está bom. Quatro, quatro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Em cada sessão serão quantas...?

O SR. DELEGADO LUCAS - Quatro por área, 44 pessoas ao todo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – E, assim, tem pessoas que em dez minutos consegue passar.

O SR. CIRONE DEIRÓ - O limite é de quarenta minutos. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, está. Quatro pessoas por área e duas áreas por sessão/reunião; e aí depois da primeira reunião nós vamos sentir na prática, se precisa estender, diminuir e, aí, tentar delimitar dar quarenta minutos por oitiva, por depoimento, no máximo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Duas áreas por reunião. Então, vão ser 8 pessoas por reunião.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Têm pessoas que de repente, em 10 minutos conseguem passar o sentimento, 15 minutos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E como nós vamos definir as áreas? E qual que é a primeira, a segunda.

O SR. DELEGADO LUCAS - Sorteio.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não, nós podemos escolher. A gente vai escolhendo.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente. Deputado Alex Redano eu acho que por uma questão de lisura, podem dizer: "Ah, preteriram área tal, por que não área tal?" Cada um tem seus interesses, cada um defende uma região. Fazemos um sorteio rápido, isso aí não tem dificuldade nenhuma, pelo menos as pessoas vão saber que não tem preferência de áreas, não é? "Ah porque vamos fazer Cujubim, por que o Deputado Pedro está lá para defender; vai fazer Buritit porque o Deputado Lucas está". E na verdade, não é essa a intenção.

O SR. DELEGADO LUCAS - Eu concordo. Ao final de cada reunião, sorteia a próxima.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Sorteia as próximas duas. Ok? Eu acho que fica transparente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bom.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Pedimos ao staff que coloque as 11 áreas em um pote, e nós vamos sortear duas áreas já, para a gente ver quais serão as oito pessoas que serão convocadas a virem aqui, ou convidadas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Pode sortear a de hoje, já, para a próxima.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Uma semana, será que é suficiente para notificar essas pessoas? Será que uma semana é suficiente para convocar? Porque o pessoal mesmo ajuda a gente ir buscar as pessoas para identificar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É possível

convocar seis para ouvir duas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Pode, mas a pessoa vai se sentir, às vezes, preterida, desprestigiada. Também tem a despesa da locomoção, alimentação, hospedagem. Você acha que vem todo mundo da área?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Porque muita gente não vai estar mais na área, que foi entrevistado na época.

O SR. DELEGADO LUCAS - Mas é indiferente, se está lá ou não, o importante é confirmar se de fato...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Se foi entrevistada...

O SR. DELEGADO LUCAS - Se comprova que estava lá, se tem testemunha de que estava lá etc.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Justamente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - E só voltando aqui à fala do nosso Presidente, Deputado Alex Redano, nós estamos fazendo esse trabalho na CPI justamente para questionar a maneira que foram feitas e criadas as reservas.

Então, Presidente, eu vim aqui endossar as suas palavras na questão do rito, para que a gente possa fazer dentro daquilo que é predeterminado dentro da Assembleia Legislativa, dentro das Resoluções, para que a gente siga esse rito na conformidade da lei. É para não haver questionamentos.

Então, nós já estamos fazendo um questionamento e depois não sermos questionados também. Então, vamos sempre tomar os devidos cuidados, fazer as convocações, ouvir as pessoas, pegar a documentação que essas pessoas têm das propriedades, comprovações fotográficas. Maneiras de a gente fazer um processo com maior robustez de prova possível, para que a gente depois, possa tomar as medidas cabíveis, através da nossa Justiça.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, Deputado, nobre amigo Cirone.

Outra coisa que é importante deixar bem claro, todos nós aqui da CPI somos extremamente contrários aos invasores de terra. Nós queremos regulamentar essas pessoas que estão na terra, que têm a propriedade de fato e de direito. Mas, nós estamos aqui, jamais incentivando que invadam áreas públicas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ou privadas, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - E privadas.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor permite aqui, Presidente, pegar um gancho?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Claro.

O SR. DELEGADO LUCAS - Na verdade, concordo com o que o senhor falou, integralmente, na oportunidade que mais uma vez o parabenizo pela iniciativa da CPI. Acredito que estamos em um caminho muito importante e sobretudo, a intenção de fazer com que a Justiça seja justa em todos os casos. Que não haja dois pesos e duas medidas.

Quando o cidadão ocupa uma área pública, o Estado é rápido, é célere, e é eficaz em retirá-lo. Em fazer valer a lei. Da mesma forma, quando o Poder Público ocupa uma área privada, sem atender os requisitos, sem atender as exigências legais, sem observar o devido processo legal, da mesma forma, o Estado deve ser célere, austero, eficaz, para se autocorrigir quando erra. Reconhecer que não observou os requisitos e percebe-se que a Justiça é feita para os dois lados, não apenas para o lado mais fraco, que é o produtor, que quer uma área e, às vezes, acaba sendo compelido por uma questão até cultural do Estado de Rondônia, para tentar buscar as suas esperanças em áreas que não são destinadas a tal função.

Então, nós percebemos que o Estado de Rondônia quando da criação dessas 11 reservas, não observou requisitos legais, de forma açodada, de forma atropelada, defenestrando a lei, criou áreas de Reserva ao arrepio da legislação hodierna, vigente, e agora, é papel desta Casa de Leis apurar, através dessa CPI, todo o procedimento de criação e constatando-se, como os indícios já apontam, que a criação não observou os requisitos legais, nós fazemos ao final - com o nosso relatório muito bem fundamentado -, o encaminhamento para os órgãos cabíveis para que haja correção legal, como há as medidas estatais, no exemplo que nós demos do particular que invade a área pública.

Então, esse aqui é o nosso objetivo. Nós não estamos incentivando, propagando aqui a ocupação de áreas públicas nem degradação ambiental, todos nós defendemos um desenvolvimento sustentável, mas colocando o ser humano como um integrante do meio ambiente também. E acredito que essas oitivas terão papel fundamental. Estamos ansiosos para que a Comissão consiga logo realizar essas reuniões para que nós possamos avançar e constatar ou não se, de fato, as Audiências Públicas, as reuniões, os estudos e os requisitos que a Lei condiciona tenham sido observados.

É possível que o Estado crie áreas de reserva. É possível, é permitido, mas você precisa cumprir os requisitos legais, objetivos previstos em leis e amparados pela jurisprudência, pela doutrina e pela legislação. E a gente percebe que há um atropelo disso. Então, é hora de fazer justiça.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de se pronunciar? Deputado Pedro com a palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado, Deputado Alex. Quero aqui parabenizá-lo pela condução

dessa CPI, da importância que ela tem para muitos produtores que, como o Deputado Lucas bem colocou aqui, muita coisa foi feita e não foi observada a legislação. Deputado Cirone, quero cumprimentá-lo e parabenizar por participar junto conosco aqui também dessa CPI.

Então, a gente vê a olhos nus a pouca... A gente visualizando a documentação que recebemos, a gente já nota que tem vários procedimentos que não seguiram a legislação. Em outros momentos, até se tentou criar um tipo de reserva, como é a questão do Soldado da Borracha, evitando alguns procedimentos que são legais, sendo que a área não tinha perfil para se criar uma Estação Ecológica. Então, a gente já observa que tem alguns erros e a gente quer apontar isso aí, como o Deputado Lucas observou.

Estamos aqui trabalhando unidos, os deputados dessa Comissão, e agradecer ao Deputado Alex pela disponibilidade da assessoria, que nos ajuda e contribui com esse processo para a gente, junto aqui com a Casa, com a Assembleia Legislativa, e toda a assessoria dessa CPI, para a gente esmiuçar e fazer os apontamentos e fazer os encaminhamentos no final dessa CPI.

Nesse primeiro momento eu quero, Deputado Alex, apresentar os Requerimentos aqui — que foram previamente discutidos entre nós —, que são importantes para o andamento da CPI. É um Requerimento para a oitiva de moradores das unidades de conservação para que eles sejam ouvidos, em um primeiro momento, aqui na CPI. Como já foi deliberado aqui, vai ser feito conforme a gente considerou esse Requerimento. Vou fazer os Requerimentos todos e a gente aprova em bloco, pode ser?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode. **(fora do microfone)**

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, aí vai ser feito o sorteio das unidades e virão quatro pessoas por unidade. É isso?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É isso. **(fora do microfone)**

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, é esse Requerimento que a gente quer fazer o encaminhamento aqui.

Também pedir aqui um Requerimento para prorrogar por mais 30 dias, que é o prazo da nossa Comissão que a gente pode prorrogar, que é o que está na regulamentação, no ordenamento aqui da Casa. Então, eu quero apresentar também o Requerimento para prorrogar o prazo da CPI por mais 30 dias.

Outro Requerimento que eu quero também aqui apresentar é um Requerimento à Procuradoria-Geral do Estado, de cópia do contrato 220/PGE/2010. Quero pedir ao Senhor Doca para esclarecer esse Requerimento para que os deputados possam tirar a dúvida desse último Requerimento, que é desse Processo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputado, esse Requerimento é o contrato da empresa que, em 2010, a Secretaria de Estado da Agricultura contratou uma empresa para fazer o georreferenciamento de toda aquela área da Ponta do Abunã, onde depois, posteriormente, para o Terra Legal georreferenciar e fazer todo o processo de titulação daquela área.

Então, é um processo assim, é o investimento, é um processo de quase R\$ 4 milhões, à época, que o Governo do Estado pagou para essa empresa fazer o serviço de georreferenciamento daquela área. Posteriormente, trocou de governo e aí criaram a Unidade de Conservação em cima de uma área que o próprio governo georreferenciou e pagou toda a despesa para ela.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Essa área também está inclusa nas 11 reservas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Está. É a área destinada lá onde é a Estação Ecológica do Umirizal.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Do Umirizal.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, vamos fazer um encaminhamento para o Presidente para a gente pôr em votação os Requerimentos aqui descritos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nós estamos com a dificuldade aqui de achar todas as nomenclaturas das unidades de conservação, porque... Achou ali, espera aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu vou fazer o sorteio. Vamos fazer um papelzinho? Estão todas as onze unidades?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, ele fez aqui a numeração de 1 a 11.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Cadê o Alan? Pessoal da mídia? O Alan? Mateus? Vem você então, Mateus.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Estão os nomes?

Vamos ler a ordem para as pessoas, para mostrar transparência.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, dá licença para eu ler essa ordem. São onze.

A primeira é Rio Pardo.

A segunda... Tem Área de Proteção Rio Pardo e

a outra é a Floresta Estadual do Rio Pardo.

O SR. DELEGADO LUCAS – APA e FES.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Isso. APA e FES.

O SR. DELEGADO LUCAS – 1 e 2, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Isso, 1 e 2.

Estação Ecológica Umirizal. Reserva Pau D'Óleo. Parque Estadual Abaitará. Parque Estadual Ilha das Flores. Reserva Rio Machado. Reserva Limoeiro. Reserva Serra Grande. Reserva Bom Jardim. E Estação Ecológica Soldado da Borracha.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Falando aqui... Porque, por exemplo, Pau D'Óleo, Ilha das Flores, Umirizal, dá para fazer juntos. Ah, Umirizal é muita gente, 700 pessoas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Presidente, nós vamos saber a dinâmica depois da primeira sessão de oitivas. Porque se começar com muitas, e aí chegar no dia e não conseguir nem metade, talvez...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos fazer duas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Começa pouco, e aí vamos aumentado, até porque a gente vai pegando a...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos fazer o sorteio então?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu só vou, antes de fazer o sorteio, Presidente, eu sugeriria que caísse Pau D'Óleo, nós chamássemos uma terceira, que a Pau D'Óleo é Reserva. E a gente tem, eu acho, poucos casos lá. Pau D'Óleo é onde estão os búfalos, lá no Guaporé. Eu acho que não tem nem questionamento. Não tem. Entendeu, Deputado Lucas?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não tem, não tem.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Se cair Pau D'Óleo, a gente chama a terceira.

O SR. DELEGADO LUCAS – De acordo.

O SR. CIRONE DEIRÓ - E aí, se tiver alguém da Pau D'Óleo, vem também, a gente estende aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É o dia da Pau D'Óleo e três. Pronto.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Ok?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ok. Então,

pedir aqui para o Mateus filmar...

O SR. CIRONE DEIRÓ – É, exatamente. Não ia dar um número ímpar, um dia ia ficar só um. Então, no dia da Pau D'Óleo iam três. Só para ficar pré-definido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Por isso que esta Assembleia é “ouro” em transparência.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Exatamente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gente, fazer aqui o sorteio. Por favor, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Até vou pedir para o nosso servidor da Casa, o Rafael, tirar um número.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Isso. Essa será da próxima audiência.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Mostra para a nossa câmera lá.

Número três, a primeira sorteada. A número três é a Estação Ecológica Umirizal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – São 700 propriedades.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Segundo sorteio. O nosso servidor vai tirar novamente.

Número um. Área de Proteção Ambiental Rio Pardo, APA. Ok.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só que aí...

O SR. DELEGADO LUCAS – São duas muito grandes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deixa eu falar. Eu acho que tem que ser... quando forem essas muito grandes, tem que ser uma.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Mas, vão ser só quatro entrevistados.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu queria fazer outra sugestão. Quando puxasse a APA Rio Pardo, já viesse junto a FES Rio Pardo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É, exatamente, porque não faz sentido estar apartadas. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS – É, poderia refazer o sorteio agora do segundo...

O SR. CIRONE DEIRÓ – Então, na verdade, assim, seriam dez, e a gente coloca a número um e dois juntos, no mesmo papel.

O SR. DELEGADO LUCAS – Isso, um e dois juntos. É.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Um e dois juntos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Vamos refazer, para ficar transparente?

O SR. DELEGADO LUCAS – Pode... Para não prejudicar...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Umirizal deixa. Vamos, já foi sorteado? Vem a um e a dois juntos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Podem vir a 1 e 2 juntos.

O SR. DELEGADO LUCAS – As três?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – Conseguiu, não é, as três que você queria. Por mim, tudo bem. Vamos votar, vamos votar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vão ser muitas horas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Propõe aí.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dia 29? **(fora do microfone)**

O SR. CIRONE DEIRÓ – Temos que estar preparados que serão horas de...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – 29 agora?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Seria para o dia 29 agora? Ou dia 6? Acho que é melhor a gente marcar para o dia 6. **(fora do microfone)**

O SR. CIRONE DEIRÓ – É, hoje é dia 22, e é uma região...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – E dia 13? Vamos marcar dia 13.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dia 13. **(fora do microfone)**

O SR. CIRONE DEIRÓ – Convocar todo mundo. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS – tem que ver a

questão do horário. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu inclusive creio que esse espaço aqui não é o suficiente. Quarta-feira. Não, mas “a noite é uma criança”.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu acho que nós poderíamos marcar para as 14 horas, também, de repente...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não, não, pode colocar para 15:30. A gente trabalha à noite.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Ok. É, a Sessão nossa nós começamos às 15 horas sempre.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Às 15:30. Dia 13. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Às 15:30. Marcado. Dia 13.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Vai ser no plenário, não é, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – No plenário.

O SR. CIRONE DEIRÓ – No plenário.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ao pessoal da mídia, que faz a matéria, explica que foi sorteio, porque, daqui a pouco, as outras nove reservas, “uai, cadê nós? Cadê nós?” Gente, foi feito sorteio.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Só o ano que vem, agora.

O SR. CIRONE DEIRÓ – As outras oito, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Todos serão ouvidos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, vale ressaltar que nós precisamos que o nosso staff já faça um Ofício para reservar o auditório nessa data.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ou o auditório também. Se o plenário estiver livre é melhor. O plenário tem a estrutura de internet.

O SR. CIRONE DEIRÓ – O plenário tem a estrutura de transmissão. O staff já faz o Ofício da CPI para deixar reservado para o dia 13.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Agora colocar para votar, os Requerimentos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu acho que tem que colocar para votação isso aí, o sorteio.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu gostaria que o Deputado Pedro Fernandes fizesse rapidamente a leitura dos cinco requerimentos, que vamos votar em bloco.

Vamos ler de novo, porque entramos em outros assuntos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Requerimentos:

- a prorrogação do prazo de mais 30 dias da Comissão;
- Requerimento das oitivas dos moradores das unidades de conservação para o dia 13 de dezembro de 2023, no plenário da Assembleia Legislativa, às 15:30. Serão as unidades de conservação de Rio Pardo, quatro moradores que estavam na época; FES Rio Pardo, também mais quatro moradores; e da Umirizal, quatro moradores. Então, ficou definido aqui nesse Requerimento para a gente aprovar;
- e o Requerimento solicitando cópia do Contrato 220 da Procuradoria-Geral do Estado, do ano de 2010.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Como vota nobre Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Como vota nobre Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim” aos Requerimentos, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Como vota nobre Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Também voto “sim”.

Ficam aprovados os Requerimentos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Presidente, posso só fazer um lembrete aqui?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Claro.

O SR. DELEGADO LUCAS – Como eu conversei com o Doutor Doca, das quatro pessoas que cada reserva, totalizando 12 que serão convidadas, elas foram ouvidas já no processo. E, para nos orientar no dia das oitivas, seria importante que nós, antes, tivéssemos acesso, os parlamentares, às oitivas do processo, em tese, realizadas por eles para que a gente possa ter elementos de perguntas. Para providenciar. Só para ficar registrado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com certeza. E propriamente são 12 pessoas, se for uma hora cada

uma, dá 12 horas. Mas, na verdade, gente...

O SR. DELEGADO LUCAS – É possível, Presidente, que a pessoa chegue e nós falemos: "Você foi ouvido no processo?" "Não".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não foi ouvido.

O SR. DELEGADO LUCAS – E já acabou a oitava. "Já morou na área?" "Não".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – E também pode ser que se resuma em 15 minutos, 20 minutos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, está bom. Três áreas, 12 pessoas para a primeira está bom.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de se pronunciar para algumas considerações finais? Deputado Cirone?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, é só reforçar que nós temos esse compromisso de fazer um bom trabalho aqui nessas oitavas, visto que causa dúvidas na sociedade, na população. Então, a Assembleia Legislativa, sendo a caixa de ressonância da nossa sociedade, tem que dirimir essas dúvidas e por às claras tudo o que ocorreu na criação dessas reservas.

Eu acho que é um papel muito importante que essa CPI vai fazer, de esclarecer essas dúvidas e dar direito a quem tem direitos. Essas pessoas estão lá e foram surpreendidas com a criação dessas reservas e se forem mantidas as reservas, que sejam indenizadas, as pessoas sejam recompensadas pelo trabalho que fizeram dentro dessas áreas. Esse é o papel dessa CPI, de trazer luz a esse problema tão sério aqui no Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito deputado.

Deputado Delegado Lucas, alguma consideração final?

O SR. DELEGADO LUCAS – Só reforçar que estou à disposição. Espero que possa colaborar com as oitavas. Estou à disposição. Parabenizo o senhor pela condução.

Agradecer ao Deputado Cirone Deiró também, sempre muito sensível aos problemas, muito dedicado e o senhor abrilhanta muito as nossas reuniões da CPI. Fazemos voto que o senhor esteja sempre presente dentro de suas possibilidades, que o senhor tem muito a colaborar com este Parlamento, com o Estado de Rondônia e com os trabalhos desta CPI.

Agradecer ao Doutor Doca, Doutor Felipe, Doutor Antônio também que têm nos dado substratos jurídicos, amparo. Toda equipe do Deputado Alex

Redano, em nome do Doutor Doca. Que nós possamos fazer um trabalho que venha aclarar, de fato, tudo o que esteve por traz da criação dessas reservas. Parabéns Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado.

Eu quero também estender aqui os cumprimentos. Sempre cumprimento o Doutor Doca, que é o nosso jurídico que está mais dedicado a esse tema, mas quero aqui também enaltecer e agradecer o empenho de todos os servidores. O Mateus e o Alan da mídia, nos quais eu cumprimento os demais servidores da mídia da Assembleia; a imprensa, em geral, sempre cobrindo os nossos eventos, nosso muito obrigado.

Quero aqui enaltecer também a presença do Doutor Marcos Matos, obrigado. Agradecer de forma especial a Doutora Thainá, que está acompanhando todas as comissões, é responsável por esse trabalho dentro do gabinete; e aos servidores.

Nós sabemos da dedicação de todos vocês. Muitas vezes aqui passam as horas principalmente em audiências que avançam na hora do almoço, audiências que avançam no período da noite, e estão sempre aqui, dedicados, cumprindo o seu papel com excelência.

Eu passo a palavra aqui, e, quero antes parabenizar e agradecer ao Deputado Pedro Fernandes que sofreu na pele. O Deputado Pedro Fernandes, era então prefeito de Cujubim quando foi decretada a Reserva do Soldado da Borracha. Então foi um baque muito grande, está sendo um peso muito grande aos moradores de Cujubim.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes para as suas considerações finais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Como o Deputado Alex falou, a gente viveu esse momento ali, não é, foi um choque para todos nós. Quero aqui parabenizar o deputado, que era Presidente da Assembleia Legislativa na época, e buscou, tanto ele quanto os deputados na época, que era outra legislatura, foi feito de tudo para conseguir reverter essa situação.

E esse decreto veio, assim, muito rápido. Não deu tempo nem de as pessoas se organizarem. Lá, tem áreas circuladas, com documentos, não é, e essa é a nossa preocupação: essa insegurança jurídica. É uma questão já nacional, do nosso país. A gente precisa preservar a segurança jurídica. Áreas tituladas, registradas em cartório, têm que ter um respaldo jurídico legal. É o mínimo que a gente espera, porque essas áreas, no mínimo, teriam que ter sido indenizadas etc. Então, é esse o nosso trabalho aqui. Vamos avançando com essas informações. As oitavas vão ser muito importantes.

Deixar aqui também cientes, as pessoas que... Muita gente vai querer falar e ter o direito, mas está dentro dos autos do processo o nome dessas pessoas que vão ser convocadas a prestar esclarecimentos, porque

elas estavam lá na época, para, dentro do processo, poderem ser ouvidas para dar legalidade jurídica a todo esse tratamento.

Como o Deputado Alex falou, nós não podemos perder o rito legal dessa CPI. Nós temos que seguir com muita cautela e tomar as providências. Eu sei que tem pessoas ansiosas, Deputado Alex Redano, que cobram de mim e dos senhores parlamentares aqui: "A CPI parou?" E tal. Não é que parou; é que nós estamos buscando realmente as informações com tranquilidade.

O Deputado Delegado Lucas, que está aqui, tem experiência em investigação, etc. E aí, a gente sabe que tem que ser criterioso, todo esse processo, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, isso aqui é um inquérito e ele tem que seguir a um regramento para a gente poder ter um resultado positivo no final desse trabalho.

Eu creio que a gente vai avançar. Nesse primeiro momento esse Requerimento é muito importante, não é, Deputado Alex? Começar a ouvir essas pessoas, depois a gente vai fazer outros requerimentos solicitando outros agentes que participaram deste processo para virem aqui dar esclarecimentos, para que a gente possa provar, nesta CPI, que houve erro na criação dessas reservas.

Como foi dito aqui pelo Deputado Cirone, tem umas aqui que realmente têm característica, vão permanecer. Nós não estamos aqui incentivando também a desordem. Nós só queremos trazer um ordenamento jurídico, garantir o direito para aquelas pessoas que, de fato, o têm, não é isso, Deputado Alex Redano?

Obrigado a todos e eu estarei atento. Qualquer pessoa que trazer alguma informação que possa contribuir com esta CPI, a gente está aqui para recepcionar e dar, assim, mais embasamento a nossa investigação.

E, meu muito obrigado. Obrigado, Deputado Cirone, ao nosso Presidente, Deputado Alex Redano; ao nosso amigo aqui, Deputado Delegado Lucas, "correlator", que está me ajudando com a expertise jurídica que ele tem por formação e pela experiência de vida como delegado de polícia. Já fez várias inquirições, então ele está preparado para contribuir muito para esse nosso relatório. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gente, mais uma vez muito obrigado a todos. E, sob a proteção de Deus, está encerrada a presente Reunião da Comissão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 02 minutos)

39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 28.11.2023

INÍCIO: 15h38min

PRESIDENTE: SR. MARCELO CRUZ

SECRETÁRIO: SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 39ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. CIRONE DEIRÓ (1º Secretário) - Proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações dou-a por aprovada.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã, dia 29 de novembro, no horário regimental. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 15 horas e 43 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1010/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **LEANDRO ANTONIO DE MELO**, matrícula nº 100021090, ocupante do Cargo de Assistente Legislativo, como Gestor da Ata de Registro de Preços nº 009/2023, Processo SEI nº 100.1723.000036/2023-31, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e a

Empresa Destak Transportes e Turismo Ltda, a contar de 28 de novembro de 2023.

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0119850

ATO Nº 1011/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **RAFAEL PACHECO BERNASKI**, matrícula nº 100021060, ocupante do Cargo de Assistente Legislativo, como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 009/2023, Processo SEI 100.1723.000036/2023-31, celebrado entre Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e a Empresa Destak Transportes e Turismo Ltda, a contar de 28 de novembro de 2023.

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 1012/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e considerando o Despacho nº 0119858/2023-ALE/SCL/DEP-COMP.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº1645/2023-SRH/SG/ALE, de 09 de março de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 40 em 09/03/2023, que Designou a servidora **RAISSA CAROLINE MATTOS CHAGAS**.

Onde de Lê	Leia-se
Contrato 006/2014 e 29/2017	015/2019/ALE-RO
Processo eletrônico nº 17430/2017 (300/2020-e)	Processo e-TCDF nº 122/2020-e, atual Processo SEI nº 100.026.000001/2023-13

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0119354/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias à servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO a Vilhena/RO, no período de 24/11/2023 a 25/11/2023, para assessorar o deputado estadual Cirone Deiró em reuniões para entrega de recursos destinados por emenda parlamentar e em reunião na Prefeitura de Vilhena, conforme processo nº 100.044.000050/2023-20.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173131	Claudenice Condaque Dourados	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 28 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0119357/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO a Vilhena/RO, no período de 24/11/2023 a 25/11/2023, para assessorar o deputado estadual Cirone Deiró, realizando os registros fotográficos em reuniões para entrega de recursos destinados por emenda parlamentar e em reunião na Prefeitura de Vilhena, conforme processo nº 100.044.000050/2023-20.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173222	Hudson Bruno da Silva Carvalho	Assessor Técnico	Gab. Dep. Cirone Deiró

Porto Velho, 28 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0119841/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO a Vilhena/RO, no período de 24/11/2023 a 25/11/2023, para conduzir veículo e fazer a segurança do deputado estadual Cirone Deiró durante o cumprimento de agenda institucional, conforme processo nº 100.044.000050/2023-20.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
-----------	------	-------	---------



200174161	Ronnie Piterson Dos Santos	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança
-----------	----------------------------	--------------------------	-------------------------

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0119930/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporteterrestre de Cacoal/RO a Porto Velho/RO, no período de 29/11/2023 a 01/12/2023, para conduzir veículo e fazer a segurança do deputado estadual Cirone Deiró no cumprimento de agenda institucional, conforme processo nº 100.044.000051/2023-74.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174118	Elcio Raasch	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 29 de novembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO P Nº 035/2023-LEG/ALE

Cancela a realização da Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro de 2023.

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º Cancelar a realização da Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro de 2023.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2023.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

ATO P Nº 036/2023-LEG/ALE

Convoca Sessão Extraordinária da Décima Primeira Sessão Legislativa Ordinária às 15 horas do dia 13 de dezembro de 2023.

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**, no uso de suas atribuições regimentais e, com fulcro no que dispõe o inciso III do art. 107, do Regimento Interno,

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar Sessão Extraordinária da Décima Primeira Sessão Legislativa Ordinária, às 15h do dia 13 de dezembro para deliberação de matérias em condições regimentais.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2023

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

